

**OS SENTIDOS E A CIDADE:  
EXPERIÊNCIA GEOGRÁFICA DE UM CEGO NO  
ESPAÇO URBANO DE SALVADOR-BA**

**THE SENSES AND THE CITY:  
GEOGRAPHICAL EXPERIENCE OF A BLIND PERSON IN  
THE URBAN SPACE OF SALVADOR-BA**

**LOS SENTIDOS Y LA CIUDAD:  
EXPERIENCIA GEOGRÁFICA DE UN CIEGO EN EL  
ESPACIO URBANO DE SALVADOR-BA**

*DOI 10.33360/RGN.2318-2695.2021.i1.p.132-150*

**Caroline Bulhões Nunes Vaz**

Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)

E-mail: [caroline.bnvaz@gmail.com](mailto:caroline.bnvaz@gmail.com)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9335-3942>

**Ricardo Sallum Freire**

Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)

E-mail: [ricasallum@yahoo.com.br](mailto:ricasallum@yahoo.com.br)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7239-7428>

**RESUMO**

Neste artigo, buscamos refletir sobre os processos de criação de referências de localização por pessoas cegas e sua constituição e apropriação do espaço urbano. O artigo objetivou discutir os desafios e possibilidades enfrentados por cegos enquanto residente na cidade. Os argumentos foram construídos tanto na revisão da literatura geográfica quanto filosófica e por meio de um estudo de caso realizado no centro de Salvador, Bahia, Brasil. Para o estudo de caso, contamos com o auxílio de um voluntário cego do Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual (CAP), que participou de uma entrevista e um exercício de rua. No artigo, o espaço geográfico é entendido como algo profundamente conectado à humanidade e seus processos de habitar o mundo dia após dia. Portanto, sua existência é constituída e configurada de acordo com a forma como as pessoas vivem no mundo cotidianamente.

**Palavras-chave:** Cartografia; Cegueira; Espaço Urbano; Espaço Existencial

**ABSTRACT**

In this article, we seek to reflect upon the processes of creating location references by blind people and their constitution and appropriation of urban space. The paper aimed to discuss the challenges and possibilities faced by blind people whilst dwelling in the city. The arguments were built both on geographical and philosophical literature review and through a case study carried out in downtown Salvador, Bahia, Brazil with which we had the help of a blind volunteer from the Educational Support Center for the Visually Impaired (CAP) who participated in an interview and a street exercise. Moreover, in this paper, the geographical space is understood as something deeply connected to humanity and their processes of inhabiting the world day after day. Therefore, its existence is constituted and configured according to how people usually dwell in the world.

**Keywords:** Cartography; Blindness; Urban Space; Existential Space

**RESUMEN**

En este artículo buscamos reflexionar sobre los procesos de creación de referencias de ubicación por parte de personas ciegas y su constitución y apropiación del espacio urbano. El artículo tenía como objetivo discutir los desafíos y posibilidades que enfrentan las personas ciegas mientras viven en la ciudad. Los argumentos se construyeron tanto en la revisión de la literatura geográfica y filosófica como a través de un estudio de caso realizado en el centro de Salvador, Bahía, Brasil, con el que se contó con la ayuda de un voluntario ciego del Centro de Apoyo Pedagógico para Discapacitados Visuales (CAP) que participó en una entrevista y un ejercicio en la calle. Además, en este artículo se entiende el espacio geográfico como algo profundamente



conectado con la humanidad y sus procesos de habitar el mundo día tras día. Por tanto, su existencia se constituye y configura según la forma en que las personas viven en el mundo a diario.

**Palabras clave:** Cartografía; Cegueira; Espaço Urbano; Espaço Existencial.

## 1. INTRODUÇÃO

A motivação fundamental para a elaboração deste artigo partiu dos questionamentos levantados por pensadores vinculados à perspectiva humanista a respeito da cognoscibilidade dos objetos pelos sujeitos, e o texto enfocou na experiência espacial da cidade por parte de pessoas com cegueira, a partir do estudo de caso com uma pessoa cega<sup>1</sup>. Para tanto, as argumentações aqui desenvolvidas partem de um referencial fenomenológico e humanista para a compreensão das relações estabelecidas entre as pessoas e o espaço. No caso da geografia, este questionamento tem grande relevância quanto à acepção de conceitos consagrados da disciplina. Entretanto, optamos por não nos debruçar sobre um conceito geográfico específico; mas, por considerar a dimensão geográfica da experiência, refletir acerca do processo de constituição do espaço pelos sujeitos, em especial por cegos: em situação e em ato. Entendemos que desvendar como os múltiplos sujeitos constituem o espaço de sua experiência, sua espacialidade – a partir de suas práticas cotidianas, ao mesmo tempo em que são instituídos por este – é uma via para a compreensão do espaço geográfico.

Levando em consideração os apontamentos de Sartre (2005), ponderamos que as aparições do espaço urbano, através da perspectiva de pessoas cegas, podem vir a contribuir com a sua “razão de série”, enquanto conjunto de aparições do fenômeno, auxiliando-nos a ter uma compreensão mais ampla da dimensão espacial da existência humana. Seguindo esta linha intelectual, a reflexão sobre a espacialidade constituída por pessoas cegas é uma contribuição à compreensão da cidade e do urbano. A experiência espacial de pessoas com cegueira pode vir a revelar elementos até então inexplorados pelas análises geográficas dos espaços urbanos, possibilitando uma reflexão crítica que extrapola a questão da acessibilidade, apesar de tê-la em conta. Não temos a intenção de realizar quaisquer generalizações a partir do estudo de caso; mas compreendemos que há possibilidades de, em qualquer evento e situação, apreender parte do todo e vislumbrar o universal alicerçado na mediação do particular (LEFEBVRE, 1991).

Diante disso, realizamos um estudo de caso em Salvador, Bahia, com o intuito de compreender quais foram os elementos considerados pelo voluntário no processo de criação de

---

<sup>1</sup> A opção pelo uso dos termos cegueira, deficiente visual, pessoa cega e baixa visão seguiu as orientações do Manual de Linguagem Inclusiva da Secretaria de Comunicação (SECOM) do Senado Federal do Brasil, disponível no site <https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/redacao-e-estilo/estilo/linguagem-inclusiva> Acesso em: 05/02/2021.



referenciais, orientação e localização na cidade, sem o auxílio da visão<sup>2</sup>. Objetivou-se pensar também nos dilemas de expressão e comunicação dessas experiências, ou seja, nas possibilidades de cartografia a elas vinculadas, bem como a problemática do acesso de cegos à cartografia convencional e, portanto, à dimensão vertical da paisagem (CLAVAL, 2004).

## 2. A DIMENSÃO ESPACIAL DA EXPERIÊNCIA E AS DEFICIÊNCIAS VISUAIS

Os elementos que constituem a dimensão espacial da experiência são apreendidos inicialmente a partir de uma valoração atribuída pelos humanos durante o processo de se lançar no mundo (HEIDEGGER, 2014). Neste processo, as coisas não existem separadamente das pessoas, mas sim *com* elas. A dimensão espacial e os elementos que a compõe têm importância no processo de lançar-se do ser-no-mundo, uma vez que o humano está ontologicamente imerso neste, sendo, a todo instante, lastreado na intencionalidade da consciência corporificada, que media a relação sujeito e espaço (HEIDEGGER, 2014).

O espaço pode ser compreendido como uma das dimensões da existência a partir da presença, que é essencialmente ser-no-mundo. A partir dessa perspectiva, Heidegger (2014) demonstra que o ponto de partida para o conhecimento do mundo são os entes intramundanos do mundo circundante, que vêm ao encontro da presença em seu direcionamento, ou ocupação<sup>3</sup>. O mundo se abre, revela-se para a presença através da lida cotidiana, que, em sua mundanidade, ocupa-se dos entes. Essas coisas, das quais a presença se ocupa, têm inicialmente valor de instrumentalidade e, fundamentalmente, *são para* a presença. A presença é espaço e como tal é habitar (MARANDOLA JR., 2014).

Essa abertura para o mundo, mediada pela intencionalidade da consciência, está intrinsecamente relacionada ao ato perceptivo, como marco do processo de constituição do espaço pelos sujeitos, tal como analisado e interpretado por Merleau-Ponty (2004a; 2004b). Isto porque há uma relação intrínseca entre corpo – e todos os seus sentidos – e o mundo, no qual a consciência se lança. No entanto, como ressaltam Clessens (1993) e Menezes Bastos (1999), há um privilégio da visão na apreensão e compreensão do mundo pelas sociedades urbanas ocidentais contemporâneas.

A implicação direta disso no modo de acesso da presença aos entes, no lançar-se, é que não se trata de um simples partir de um interior em direção ao exterior, mas em intrincadas relações entre o sujeito e o mundo. Neste sentido, não cabe discutir distância e proximidade em uma

<sup>2</sup> Gostaríamos de agradecer ao Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual (CAP) de Salvador pelo suporte e ao participante voluntário na pesquisa.

<sup>3</sup> Em outras traduções de Heidegger, optamos pelo termo preocupação.



perspectiva cartesiana, na qual o espaço é encarado enquanto mera extensão (bidimensional, mensurável). Pois, se o espaço em que a presença “é” é outro, isto implica em dizer que a presença também é outra; o que também é válido no sentido inverso, porque se a presença, por quaisquer razões, passa a ser outra, o seu espaço também já não é mais o mesmo. Assim, alterações no ser ou no espaço implicam também em modificações no ato perceptivo, na medida em que este inaugura o modo de ser-no-mundo, esse conhecer, que é o demorar-se sobre algo e que depende do contexto ampliado, da circunvisão em que se dá este ato (MERLEAU-PONTY, 2006; SARAMAGO, 2008; HEIDEGGER, 2014).

Deste modo, o ser-no-mundo, enquanto possuidor de uma espacialidade específica, para se reconhecer como tal, o faz no ínterim de sua realidade espacial, no âmbito de uma relação intrínseca e inescapável, que o configura como espaço da ação do homem, ou seja, da cooperação inerente entre o homem e o mundo que corporifica as marcas da experiência espacial em corpo-lugar (HEIDEGGER, 2001; BRITO, 2017; DE PAULA, 2017).

Portanto, a existência do ser-no-mundo implica simultaneamente na constituição do ser e do mundo, através do habitar, implicando-se neste processo as facetas temporais e espaciais da existência (HEIDEGGER, 2001, MARANDOLA, 2014). Ressalta-se que o humano é instituído/instituente em ato e situação e não um sujeito dado em si mesmo.

Acreditamos que o juízo de valor sobre as deficiências visuais, encarando-as como incapacitantes, confere o estigma de anomalia, enquadrando as pessoas cegas ou aqueles que veem parcialmente como “doentes”. Deste modo, as deficiências visuais estão amplamente relacionadas à valoração negativa, associada à vulnerabilidade dependência e permeadas por preconceitos acerca das relações que essas pessoas estabelecem com o mundo (MARTINS, 2005; LIRA; SCHLINDWEIN, 2008). Pretendemos aqui, ao invés disso, considerar que há riquezas e potencialidades no “não ver”, tanto no que concerne às relações sociais, quanto à dimensão espacial da experiência (HILL, 1985; BUTLER, 1994; MARTINS, 2005; MACPHERSON, 2007; 2009). Isto porque, através da percepção espacial de pessoas com diferentes tipos de deficiência visual temos oportunidade de desvelar formas distintas do aparecer do espaço enquanto elemento constituinte do ser e do mundo (HEIDEGGER, 2014; SARTRE, 2005), tendo, portanto, indícios de como o espaço urbano se mostra para os cegos, constituindo-se transcendentemente, em sua consciência, em situação e em ato.

Neste sentido, entendemos que as pessoas com deficiências visuais têm experiências cotidianas particulares das cidades – o que envolve a instituição dos espaços urbanos por esses sujeitos –, tendo em vista que a ocupação da cidade por pessoas videntes, por aqueles que têm visão



parcial e por cegos, são diferentes (MACPHERSON, 2007; 2009). Pois, como afirma Marandola Jr. (2005), não há como dissociar a experiência da existência humana.

O habitar, enquanto expressão da relação entre homem e espaço, não se restringe à reflexão relacionada a um conceito geográfico, como lente de compreensão dos fenômenos, mas sim à própria dimensão espacial da experiência humana. Assim, habitar a cidade implica, para videntes, bem como para pessoas com deficiências visuais diversas, a criação de referenciais espaciais que os auxiliam a orientar-se no mundo, possibilitando, a partir da experiência cotidiana, a realização de atividades de locomoção na cidade, a criação de paisagens familiares com características de lugar, que, de outro modo, ficariam restritas e impossibilitadas, limitando a experiência cotidiana da cidade (RELPH, 2012).

Diversos autores defendem a caminhada como estratégia de pesquisa, ferramenta de autoconhecimento e de conhecimento da cidade (LYNCH, 1997; GROS, 2011; JACQUES, 2012), já que, ao caminhar, conhecemos a nós mesmos e a cidade, permitindo uma aproximação entre ser-humano e ser-cidade, descobrindo-a e, em alguma medida, sendo-a.

Diante das adversidades enfrentadas por pessoas cegas no habitar a cidade – bem como na educação geográfica, fortemente baseada em imagens –, destacamos as pesquisas sobre cartografias táteis como um dos subcampos de maior relevância para a criação/identificação de referenciais amplos para orientação espacial de deficientes visuais, pois permitem a descoberta e o habitar a cidade de forma irrestrita, já que viabiliza a compreensão da paisagem a partir do olhar vertical sobre esta. Neste sentido, geógrafos, ao redor do mundo, têm feito esforços de pesquisa com o intuito de refletir teoricamente sobre as implicações cartográficas e de experiência espacial com relação à cegueira (HILL, 1985; BUTLER, 1994; MACPHERSON, 2007; 2009; ROQUÉ; ROSANELI, 2018; NOGUEIRA, 2008; 2009; 2010; GOLIN, NOGUEIRA & CUSTÓDIO, 2009; COMAR; CORONEL, 2011; NOGUEIRA; VENTORINI; FREITAS, 2014; CUSTÓDIO; NOGUEIRA, 2014).

É, pois, no contexto de desenvolvimento de outras estratégias e técnicas da cartografia tátil e ensino de cartografia para cegos que destacamos, no Brasil, os esforços da professora doutora Ruth Nogueira para a criação do Laboratório de Cartografia Tátil e Escolar (LABTATE), que tem desenvolvido projetos de pesquisa de alfabetização cartográfica para pessoas com diferentes tipos de deficiências visuais; no intuito de que eles não só possam habitar o espaço com mais autonomia, mas também possam ter uma maior compreensão do espaço geográfico e seus fenômenos ambientais e sociais como um todo, dada a dificuldade enfrentada por docentes de geografia em lidar de formas alternativas com conteúdos normalmente trabalhados a partir de imagens. A complexidade da temática da inclusão de pessoas com deficiência visual é evidenciada pela



preocupação de longa data, remontando ao século XVI, na Europa, e no século XIX, no Brasil (LIRA; SCHLINDWEIN, 2008).

Os mapas táteis são, portanto, uma proposta que pode favorecer o exercício do direito à cidade por deficientes visuais, tendo em vista que pode expandir sua experiência de cidade, que geralmente se restringe às atividades rotineiras, devido às dificuldades de habitar a cidade plenamente. De acordo com Hill (1985), isso está relacionado ao fato de a visão ser o sentido que permite alargamento do mundo, uma vez que permite o acesso a amplas porções do terreno de uma única vez, o que é geralmente inacessível a cegos.

Neste sentido, os mapas táteis podem ser um ponto de partida para a efetiva apropriação do espaço pelos indivíduos com deficiência visual, pois permitem o acesso à visão vertical da paisagem (CLAVAL, 2004). Além disto, os mapas táteis permitem que pessoas com deficiências visuais tenham acesso ao conhecimento de processos geográficos específicos, possibilitando que a região, o território e a paisagem sejam apropriados e dotados de sentido por meio da cartografia tátil. Assim, reflexões sobre a experiência espacial de pessoas acometidas de cegueira na cidade podem contribuir para problematizar, por um lado, o planejamento urbano e o direito à cidade e, por outro, estratégias inclusivas de ensino de cartografia e geografia.

Roqué e Rosaneli (2018) apontam que muitas vezes inexistente o incentivo ao desenho e outras formas de representações imagéticas elaboradas por pessoas cegas, enquanto forma de expressão que lhes pertence. No entanto, como apontam Butler (1994) e Hill (1985), isto não deve ser compreendido como limitação da consciência espacial de pessoas com deficiência visual, na medida em que cegos têm estratégias de representação espacial orientadas pela sua percepção cognitiva do entorno e que são úteis a seus propósitos, reconhecendo paisagens pelos sons, cheiros e texturas.

Em suma, cartografia tátil e as pesquisas acerca da experiência da cidade por pessoas cegas se aproximam por dois caminhos: primeiro, pela reflexão acerca da possibilidade de criação de representação dos mapas mentais por pessoas cegas e, em segundo lugar, pela inclusão e favorecimento da autonomia a partir de mapas táteis que tornem possível aos cegos uma perspectiva vertical da paisagem e a consequente compreensão mais ampla do entorno – deixando, ao seu alcance, partes da cidade e objetos do mundo que antes lhes eram inacessíveis, especialmente para aqueles que nasceram cegos – uma vez que os que perderam a visão ao longo da vida ou apresentam baixa visão podem ter tido acesso, em algum momento, aos mapas convencionais (BUTLER, 1994).

Uma das bases comuns aos dois caminhos é a ideia de que se orientar e habitar o mundo envolvem a criação de referências espaciais através do ato perceptivo e dos sentidos, como defendido por Tuan (2012), na obra *Topofilia*. Afinal a dimensão espacial da experiência implica em aberturas para as infinitas possibilidades vernaculares de sua apreensão, a partir do ato



perceptivo (TUAN, 2012; MERLEAU-PONTY, 2004a; 2004b; 2006). Essa abertura para o novo e o diferente muitas vezes é possibilitada pelas diferentes manifestações artísticas que perenizam modos de ser num dado momento do espaço-tempo.

A arte, como aponta Merleau-Ponty (2004a; 2004b), pode se aproximar da ciência, caminho que tem sido percorrido por muitos geógrafos em estudos culturais e humanistas. Acerca disso, ressaltamos a ênfase dada pelo filósofo de que a apreciação da arte, mesmo a mais visual, que é a pintura, evoca todos os sentidos. Isto porque, para esse autor, a visão não se restringe ao enxergar, mas corresponde ao conjunto das experiências sensitivas: o ver se dá por inteiro, dá-se em ato e de um só golpe na relação entre consciência corporificada e mundo. Pensamos que a consideração deste caleidoscópio de sentidos envolvidos no ato perceptivo, assim como da discussão sobre a arte enquanto modo de apreender e compreender o mundo, pode trazer ricas contribuições ao ensino de geografia voltado para pessoas com deficiências visuais diversas, estimulando a expressão das suas experiências de cidade a partir dos outros sentidos e ajudando os videntes a romper com os “vícios” da visão.

Uma terceira via de discussão acerca da relação entre a cartografia e a experiência de pessoas com deficiências visuais está na necessidade de articulação entre as abordagens cultural e humanista em geografia e a produção de Sistemas de Informações Geográficas (SIG). Câmara, Monteiro e Medeiros (2003) discutem acerca das possíveis contribuições que distintas acepções do conceito de espaço geográfico têm para as representações computacionais em cartografia. Para eles, o avanço das contribuições teóricas em geografia favorece o desenvolvimento da geoinformação que, apesar do grande avanço técnico e tecnológico, não conseguiu acompanhar os debates teóricos sobre o conceito de espaço travados em geografia, criando um abismo entre as ideias avançadas de compreensão dos fenômenos espaciais e a sua representação.

Discutindo as acepções do conceito de espaço no âmbito dos paradigmas de pesquisa na geografia, os autores constataam que o principal obstáculo às representações computacionais do espaço trata-se do fato de serem estáticas, cristalizando fenômenos e não dando conta das constantes transformações dos fenômenos cartografados. Os autores não discutem, no entanto, as acepções do conceito de espaço na corrente humanista em geografia, nem debatem a representação computacional da dimensão espacial da experiência. Assim, é importante procedermos a reflexões sobre como o SIG pode colaborar para representar a experiência não-visual do espaço e como pode favorecer o debate em torno das representações espaciais em trabalhos científicos, geralmente marcadas pela linguagem verbal, gráfica ou imagética.

Pessoas com deficiências visuais são prejudicadas na sua alfabetização cartográfica e no acesso às informações espaciais apresentadas como imagem, impactando as possibilidades de



habitar e conhecer o mundo, uma vez que mapas, cartas e *softwares* de localização se baseiam quase que exclusivamente em informações visuais. Como enfatiza Joliveau (2008), quando compreendido, o mapa possui eficácia particular no entendimento de fenômenos e da relação entre eles – o que o torna ferramenta estratégica, já que pode revelar intenções e ações dos agentes sociais na produção do espaço – as quais, muitas vezes estão inacessíveis às pessoas cegas ou com baixa visão, a não ser por narração e/ou leitura desses. Assim, a tarefa já complexa de aprender a “ler” mapas, apontada por Joliveau (2008) tendo em vista que é um objeto abstrato e complexo, traz outros desafios, notadamente o de incentivar e valorizar representações espaciais criadas por deficientes visuais e de permitir o acesso a conhecimentos geográficos disponíveis em imagens que lhes são inacessíveis.

Permitir a alfabetização cartográfica para pessoas com cegueira e com baixa visão é garantir ao sujeito que lê o mapa a capacidade de lidar com um instrumento que lhe confere poder de habitar a cidade livremente e de identificar e refletir sobre problemáticas diversas. A alfabetização cartográfica de pessoas cegas e com baixa visão é fundamental para que essas possam fazer parte de um mapeamento de fato participativo e inclusivo das cidades e suas vias de modo que as estratégias para superar os desafios envolvidos tanto na educação quanto no planejamento estão por serem pensadas e aprofundadas.

Não podemos deixar de comentar que, ao longo da história da cartografia, essa esteve próxima da arte, principalmente, em seu surgimento, na medida em que era também um trabalho artístico envolvendo uma dimensão estética que lhe era peculiar. À época, a cartografia era responsável por fundar imaginários acerca do mundo desconhecido, configurando-se em uma forma de metáfora e possibilidade de espacialização do pensamento (COSGROVE, 2008). Assim, uma nova aproximação entre a cartografia e a arte – que tenha em conta as diferentes formas de ver e apreender o mundo, valorizando as diferenças entre as infinitas possibilidades de ser com o espaço – pode abrir caminho para articulações entre os SIG e a abordagem fenomenológica em geografia. Afinal, a arte, ao propor uma apreensão não objetiva do espaço, pode indicar caminhos a serem percorridos nas representações cartográficas. O desafio é fazer dialogar duas artes: a produção de algoritmos de *softwares* e artes não digitais.

### **3. VER A CIDADE: EXPERIÊNCIA GEOGRÁFICA DE UM CEGO NO DESLOCAMENTO ENTRE OS BAIROS DOIS DE JULHO E GARCIA**

Comunicamo-nos com a direção do Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual (CAP) de modo a obter o contato com pessoas cegas dispostas a participar da pesquisa que fundamentam este artigo. Fomos apresentados pela direção a diversos estudantes, mas apenas um se



dispôs a contribuir para a pesquisa. Mediante consentimento, agendamos um encontro com o voluntário – em sua casa no bairro Dois de Julho, no centro de Salvador - para realização de uma entrevista, baseada em um roteiro semiestruturado de perguntas, seguida de um exercício fenomenológico de caminhada na cidade.

Durante a entrevista, o voluntário, a partir de agora denominado de entrevistado A ou simplesmente A<sup>4</sup>, narrou sua trajetória de vida: o tornar-se cego ainda na infância em um pequeno município do interior da Bahia, seu cotidiano em Salvador, os locais que lhe são topofóbicos e topofílicos, bem como as estratégias de criar/identificar referenciais espaciais para se locomover na cidade, especialmente o tato e a audição.

A caminhada na cidade, baseada nos estudos de Hill (1985) e Butler (1994), visava a observar, sentir e discutir com o entrevistado o próprio ato de se locomover na cidade de Salvador a partir de um trajeto por ele escolhido e a forma como ele cria e organiza informações espaciais para se locomover, constituindo uma cartografia da cidade a partir da memória auditiva, olfativa e tátil. É importante lembrar que pessoas com deficiências visuais estão em um mundo que vê, de modo que lançam mão da visão ou de vocábulos videntes, quando possível, na construção de sua compreensão de paisagem (MACPHERSON, 2007; 2009). O colaborador optou pelo trajeto diário que fazia da sua residência até o Colégio Antônio Vieira (CAV), onde estudava, no bairro Garcia, percurso realizado a pé e de ônibus.

Durante a realização do exercício da caminhada, em nossas observações, demos atenção especial aos referenciais utilizados pelo entrevistado para se orientar. Além disso, buscamos perceber suas reações nos distintos ambientes pelos quais passávamos ou nos detínhamos, por vezes perguntando-lhe sobre esses lugares. Para tanto, utilizamos um gravador digital para registro de nossas falas e dos sons ambientes, posteriormente utilizado em nossas reflexões.

Ademais, fizemos registros fotográficos do percurso e solicitamos que o entrevistado também efetivasse alguns disparos inspirados nas “fotografias do invisível” do fotógrafo e filósofo cego Evgen Bavčar, que busca ver as coisas como elas aparecem e não pelos registros e comentários de terceiros, acionando outros sentidos para a realização de suas fotografias. Levando-se em conta as considerações de Heidegger (2001) e Marandola Jr. (2005), podemos dizer que, ao passo que o modo com que as pessoas com cegueira e com baixa visão habitam o mundo é radicalmente diferente daquele de uma pessoa vidente, – deste modo, o mundo, assim como o espaço constituído em ato e situação por elas – é, portanto, também diverso. Os nossos registros fotográficos, por sua vez, foram realizados de modo a registrar o trajeto em situação, em ato,

---

<sup>4</sup> Optou-se pela confidencialidade do entrevistado.

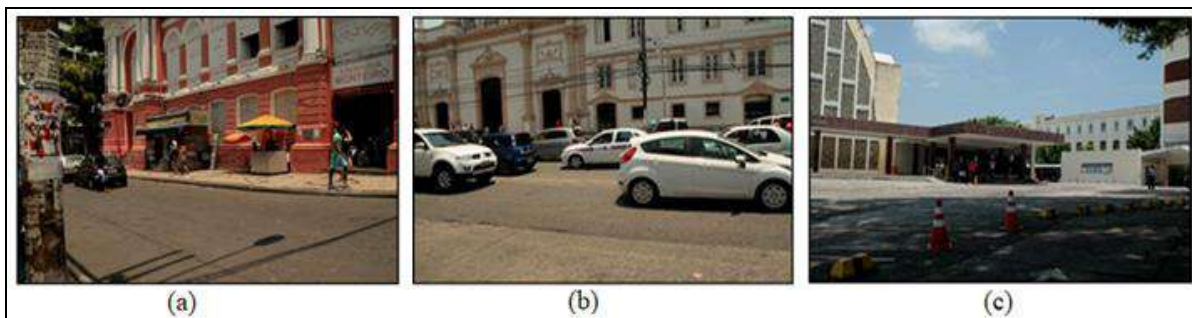


evidenciando as peculiaridades da realização do exercício. Buscamos anotar também os pontos do trajeto em que se teve maiores e menores dificuldades.

O percurso foi realizado em três etapas: a primeira foi realizada a pé, do Largo Dois de Julho até a Praça da Piedade; a segunda foi feita em transporte rodoviário urbano coletivo, da Praça da Piedade até a Praça do Campo Grande; a terceira consistiu em percorrer a pé a distância entre a Praça do Campo Grande e o CAV e o respectivo retorno à Praça, onde paramos para, com uma conversa sobre a atividade realizada, terminar o exercício.

Os registros da figura 1 permitem visualizar os marcos utilizados por A para se localizar no seu trajeto diário até a escola, que se baseiam especialmente no tato e na audição. A funcionalidade destes equipamentos, seja para o uso do transporte público, seja para o acesso a serviços e comércio, faz com que eles se tornem significativos para ele e balizem a sua locomoção na cidade. Nesse sentido, uma ferramenta de orientação que para de funcionar, seja um sinal auditivo em semáforos, seja uma placa em braile que é quebrada, altera a sua rotina e implica em ansiedade e desconfiança no habitar a cidade.

**Figura 1:** “Fotografias do invisível”, fotos tiradas por X. ao longo do trajeto.



Fonte: Os autores/2015.

As duas primeiras fotografias, (a) e (b), foram tiradas de pontos que servem de referência para a orientação de A para se deslocar nas imediações da Praça da Piedade. A primeira, (a), foi batida a partir da Praça da Piedade em direção ao cursinho pré-vestibular Grandes Mestres; já a foto seguinte (b) foi tirada a partir do ponto de ônibus da Praça da Piedade em direção ao Shopping Center Lapa, mas registrando a Igreja Nossa Senhora da Piedade. A segunda foto é um marco para nosso entrevistado, pois é neste ponto que, auxiliado pelas pessoas que ali estão, identifica e toma o ônibus para ir à escola; já a fotografia (c) foi feita debaixo de uma grande Mangueira localizada na entrada do CAV, onde A se encontrava com amigos antes da aula.

O mapa abaixo (Figura 2), elaborado para explicitar o trajeto ao leitor, não era acessível a A, tornando-se compreensível para ele quando associado à narração em voz alta do trajeto, pontuando





A fotografia 3a corresponde à rua da casa do entrevistado e apresenta calçadas estreitas e completamente esburacadas, sem quaisquer infraestruturas para acessibilidade do cego, além de ser disforme e estreita, demandando atenção na passagem mesmo para os não-cegos. Apesar disso, o entrevistado praticamente dispensa sua bengala neste trecho, dada sua familiaridade. Já a fotografia 3b evidencia a dependência, pois evidencia uma passante conduzindo A por entre caixas, estandes, guarda-sóis e muitas pessoas na feira livre do Largo Dois de Julho. Além desta senhora, outras pessoas interagiram com A, alertando-o sobre obstáculos em seu caminho ou, por vezes, simplesmente cumprimentando-o. A terceira e quarta imagens, 3c e 3d, foram feitas entre o ponto de ônibus ao lado do Teatro Castro Alves e o CAV no Garcia, trecho onde existe um piso tátil que facilita o deslocamento. No entanto, a falta de padronização em certos pontos requer constante atenção por parte do transeunte cego para evitar acidentes, pois, além das imperfeições da própria infraestrutura de acessibilidade, há locais em que esses são ocupados com barracas de camelôs.

Desde que se tornou cego, nosso colaborador A teve que se adaptar à criação de referenciais espaciais a partir do tato e da audição, adaptando-se a uma nova forma de experiência espacial. Experiência tensionada entre as angústias, dores e sofrimentos relacionados ao tornar-se cego, mas também de suas virtudes (MARTINS, 2005).

Mas, mesmo diante de todos os pontos positivos elencados, A evidencia que sua autonomia em se locomover em determinado trajeto só ocorre depois de muito esforço e muita repetição do percurso. Ressaltamos que a falta de infraestrutura de acessibilidade suficiente para uma autonomia plena, ocasiona uma autonomia sempre parcial para se orientar, locomover e, sobretudo, apropriar-se do espaço.

A experiência de mudar-se para a capital, com o objetivo de estudar, evidenciou as dificuldades enfrentadas para se apropriar da cidade. Ao utilizar o transporte público, por exemplo, são as curvas e as lombadas transpostas ao longo do trajeto que indicam tanto o caminho que o ônibus está seguindo quanto a proximidade ou distanciamento do local em que ele deseja chegar. No entanto, como afirma Butler (1994), as limitações de cegos em habitar a cidade estão relacionadas à falta de informações espaciais em formatos acessíveis às suas necessidades e não a uma ausência de consciência espacial que se evidencia na identificação de problemas e tentativa de solução destes no cotidiano.

Os sons emitidos por carros e por ônibus, freando, abrindo e fechando portas, orientam-no em suas ações de locomoção, tal como subir no ônibus ou atravessar uma rua. No entanto, foi ressaltada a importância de conversar com videntes do entorno para evitar acidentes. Esses



indicativos são prova de que há uma profunda relação com o espaço e a cidade (MERLEAU-PONTY, 2006). Nas palavras do entrevistado:

Geralmente é por curvas ou quebra-molas. Geralmente a gente vai assim, quando o ônibus vira para determinado local a gente já mentaliza, se vai para a esquerda uma vez, se vai para a direita outra vez, se vai para a direita duas vezes ou três vezes. Você vai mentalizando. Você tem tipo um cronômetro automático na mente que quando ele vai virar é aquele local. A gente cria essas noções assim. Tem pessoas que criam essas noções assim do espaço, mesmo andando de transporte, porque a pé é mais fácil. A pé, quando você anda, eu quando ando a pé aqui em Salvador, se eu chegar na “Insinuante”, qual “Insinuante” que eu ando direto eu já sei, né? Tem várias “Insinuantes”, mas tem “Insinuantes” que eu passo diário, que eu já sei e aí se você perguntar para mim, X. aqui a gente está aonde aí eu já sei e vou dizer para você que a gente está em frente à “Insinuante” ou se não está em frente estamos chegando perto da Piedade então você já pergunta para mim e eu já sei. O Shopping Center Lapa, o Shopping Piedade, porque eu já tenho o mapa mental, na mente, dos lugares, já tenho noção, assim dos lugares. [...] na verdade é... você tem que fazer muitas viagens, viu? Porque você ir uma vez só você não mentaliza, né? Você não cria a noção espacial, você tem que estar andando direto naquele local, né? Indo e voltando, indo e voltando, e aí você vai criando, assim, aquela coisa em mente, quando você enxerga você já sabe onde você vai entrar e o deficiente, quando ele pega a noção, ele já sabe em qual rua ele vai entrar. [...] agora o cego ele cria sua autonomia, cada um tem sua maneira de desenvolver suas capacidades, mas, assim, eu, eu mesmo, quando eu ando bastante em um lugar, eu já pego aquela referência já... calçada alta, calçada baixa, onde tem ladeira, onde sobe, onde desce, onde tem um poste... geralmente a gente vai assim, onde tem um poste, “ah, é aqui cara, eu tenho que entrar aqui” o poste está à esquerda “opa! É aqui a entrada”, então você já mentaliza aquilo, né? Onde fica uma grade, você bate a bengala e já percebe que é uma grade. [...]. Aqui no centro, cara, é bem melhor, eu acho assim, para o deficiente porque tem mais gente, tem uma circulação maior de pessoas, então é tranquilo, mas você entra no ônibus e principalmente tem que falar com o motorista para quando chegar o ponto que você vai descer, favor avisar. Às vezes esquece e não avisa. Às vezes você tem que ficar lembrando e às vezes você cria a noção também... quando você anda muito naquele lugar você criando a noção de qual ponto que é que chegou, está próximo de que, porque aí são referências, você cria referências, né? É tipo você ter um mapa mental do espaço, né? Tipo quando eu vou para o Garcia eu já sei alguns pontos que às vezes eu vou descer no Teatro [Teatro Castro Alves] e eu já sei que eu vou descer no Teatro, às vezes não precisa nem... as vezes só confirmo com o motorista só para ver se não está errado, mas aí eu falo: “motorista, aqui é o teatro?”. Aí ele fala: “é sim, cara, é o Teatro aí”. Aí eu falo “brigadão aí, cara”.”

Hill (1985) aponta os limites da comunicação entre videntes e pessoas com deficiências visuais, na medida em que muitos cegos relatam a dificuldade de descrever adequadamente a sua forma de compreender e lidar com o mundo, uma vez que a linguagem utilizada é a de um mundo vidente. Assim, muitas experiências sonoras, olfativas e táteis são descritas como *ouvir* ou *sentir* um objeto, na medida em que a compreensão do mundo através das qualidades percebidas por meio dos outros sentidos, que permitem uma compreensão holística do entorno, envolve de forma intrincada os outros sentidos.

Apesar da capacidade de orientação e localização no espaço de uma pessoa cega através de um “mapa mental”, como afirmou A, os professores de geografia, em geral, não são qualificados para um ensino desta disciplina não vinculado a imagens. No CAP, há uma disciplina de Orientação



e Mobilidade que objetiva dar autonomia para os estudantes cegos, para que se locomovam de suas residências aos locais de suas atividades, apresentando paulatinamente estratégias para reconhecer diversos ambientes internos, as dependências do CAP, seu entorno, bem como as estratégias de acesso ao transporte público.

No entanto, esta autonomia é parcial, pois o processo de familiarização com o espaço se dá em um recorte espacial restrito e não permite que pessoas com deficiência visual se apropriem plenamente da cidade. Mesmo depois de realizar a disciplina, muitos estudantes cegos continuam tendo sua rotina restrita aos percursos e locais habituais, justamente pelas dificuldades de locomoção na cidade. O não visualizar a cidade gera insegurança e impossibilidade de habitá-la livremente. Considerar, no entanto, como uma pessoa cega percebe a cidade pode gerar novas possibilidades de pensar o próprio urbanismo.

Esta autonomia parcial, que lhe priva da possibilidade de flunar sozinho pela cidade, aproxima-se das reflexões de Macpherson (2007; 2009), pois demanda uma experiência espacial alcunhada pela autora de intercorporal (*intercorporeal*) por implicar em uma experiência coparticipativa das situações cotidianas quando as pessoas, com diferenças visuais, estão acompanhadas por um guia. Neste sentido, a autora contribui com reflexões acerca da dimensão espacial da experiência a partir da diversidade de deficiências visuais que não podem ser homogeneizadas, pois requerem cuidados diversos. A autora reitera a importância de que a paisagem não pode ser compreendida apenas nos termos da experiência corporal, posto que a compreensão da paisagem envolve elementos culturais, discursivos e históricos.

Interessante perceber aqui que o voluntário da pesquisa não se sente parte da cidade, considerando-a muito hostil para pessoas cegas e com baixa visão, especialmente porque há uma má distribuição da infraestrutura de acessibilidade nas ruas de Salvador. Além desta desigualdade, temos ainda que demarcar os problemas da implantação destes equipamentos, por muitas vezes serem ineficientes, e sua desconsideração por videntes que o ocupam, ignorando sua importância para cegos. Nestes casos, os tais equipamentos acabam se constituindo em “surpresas” – algo que supostamente deveria funcionar ali, mas que não o faz (HEIDEGGER, 2014). Salvador, uma cidade que, não raras vezes, mostra-se desfavorável para as pessoas que não têm nenhuma dificuldade de locomoção, torna-se ainda mais adversa para aqueles que precisam confiar em infraestruturas de acessibilidade. Assim, é preciso pensar a rua e a cidade de forma que todos tenham o mesmo direito à cidade.

Neste sentido, as experiências urbanas descritas por A divergem parcialmente daquelas apontadas por Hill (1985), haja vista que os barulhos da cidade e a dificuldade de encontrar silêncio nas ruas não permite que o nosso colaborador se guie fidedignamente apenas pelos diferentes sons



emitidos pela cidade, como o de becos e ruas vazios. As situações experienciadas pelo voluntário cego em Salvador são descritas como confusas e difíceis de ler. Nosso entrevistado ressalta que, ao mudar-se para Salvador, a maior quantidade de estímulos sonoros o tornou mais dependente de ajuda de videntes para se locomover na cidade.

Assim, a grande quantidade de obstáculos, imperfeições nos passeios, ausência ou falta de normatização das infraestruturas de acessibilidade transformam as saídas à rua em verdadeiras aventuras, dificultando outras formas de habitar a cidade que não sejam aquelas estritamente de deslocamento. Esses, por sua vez, são restritos, muitas vezes, aos caminhos previamente conhecidos para evitar contratempos e problemas. Estas dificuldades de habitar a cidade e o desenvolvimento de sentimentos topofóbicos acerca de Salvador se torna evidente na fala abaixo, quando se afirma não existirem lugares aprazíveis para sua frequência, à exceção de sua casa e bares frequentados com os amigos:

Não, não tem nenhum lugar específico porque eu não sou de andar em tantos lugares. Como eu falei para você é difícil eu ir na praia então... para mim o melhor lugar que eu acho é aqui [em casa], quando eu vou e volto (risos), é aqui que eu fico confortável. [...]. Não, cara. Não tem não. Os caminhos são só para ir e vir. Não sei se é o fato de não visualizar, assim, em termos de imagem e coisa assim... [...] Só a praça da Piedade. O único lugar que eu passo assim é a Praça da Piedade, as vezes só esperando o ônibus também, né? Mas assim, parar para descer do ônibus para ficar “de boa” não. Porque também sozinho eu não gosto de ficar, né? Eu prefiro ficar com alguém conversando (Entrevistado A).

Seguro, não, porque às vezes você anda em locais que não tem assim mobilidade acessível, muitos lugares, alguns lugares têm pista tátil, que o prefeito mandou colocar. Aqui no Dois de Julho é um dos poucos lugares que tem pista tátil, né? Você tem que passar por calçadas quebradas, buracos, a sociedade, a maioria, muitas vezes não colabora também, né? Não pensam que tem um deficiente que passa lá todos os dias. Tem buracos que se você não tiver cuidado você pode até torcer o pé, quebrar. E tem muito. A questão é que às vezes a sociedade não é preparada para ajudar um cego, para guiar um cego... muitas pessoas eu não sei se tem preconceito, ou tem medo do deficiente, né? Porque tem pessoas que, mas a gente é pessoa como qualquer outra, né? Porque a gente chega nos lugares as pessoas não recebem direito e tal, mas assim, no mais é tranquilo, não vou me dizer que eu me sinto à vontade totalmente isso... eu tô mentindo para mim mesmo... à vontade, não, mas dentro do meu limite, das minhas possibilidades, dá para eu me virar. [...]. Você corre o risco de se acidentar, mas é isso, a gente vai *enfrentando a cidade* (grifo nosso), mas à vontade totalmente não. É uma aventura, viu? É matando um leão por dia! Ficar na capital para o deficiente, acho que para o que enxerga e para o deficiente, principalmente, né? (Entrevistado A).

Apesar das dificuldades de apropriação do espaço urbano de Salvador, ou mesmo de sua mera locomoção, A constata que, por morar em uma área central da cidade, sua experiência é relativamente privilegiada quando comparada com a de seus colegas que vivem nas áreas suburbanas da capital baiana, pois a dificuldade deles é maior que a sua devido à precariedade da infraestrutura adaptada, ainda mais incipiente, nestas áreas.



As reflexões acerca da entrevista, bem como os estudos sobre cegueira realizados além-mar, permitem afirmar que a criação de referenciais espaciais, por parte de deficientes visuais, prioriza a utilização do tato e da audição; havendo, por diferentes motivos, dificuldades no habitar a cidade, que por vezes se restringem a trajetos essenciais (HILL, 1985; BUTLER, 1994; MACPHERSON, 2007; 2009).

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, consideramos que a cartografia é uma poderosa ferramenta para a compreensão do mundo, mas que, usualmente, é inacessível a pessoas com cegueira ou baixa visão. Isso as priva da possibilidade de acesso à visão vertical da paisagem, favorecendo uma limitação da experiência de cidade na medida em que essas pessoas se tornam dependentes de outras para deslocar-se na cidade.

Pudemos constatar que, através do percurso realizado e do diálogo com A, as condições do espaço urbano frequentado pelo entrevistado são extremamente adversas, o que impede e obstrui, quase completamente, o habitar a cidade. Essa situação conduz à negação do espaço urbano pelo sujeito com cegueira, que busca evitá-lo, restringindo sua existência ao espaço residencial e alguns outros poucos espaços que oferecem alguma segurança, como os bares. Assim, a infraestrutura de acessibilidade de Salvador nega a possibilidade do habitar irrestrito na cidade de tal modo que uma pessoa cega que mora e estuda na capital baiana possui escassos lugares de existência, além daqueles de caráter mais funcional. Restrito em seus percursos cotidianos, A ocupa limitadamente a cidade, conforme mencionado na entrevista, de modo que a cidade se faz, indesejada, marcada pela topofobia.

A cartografia tátil pode auxiliá-los neste processo e servir como um instrumento de poder aos cegos, desde que lance mão de novas técnicas e recursos para representação e projeção do espaço, esforço que tem sido feito por geógrafos ao longo das últimas décadas. Por outro lado, o mapa, enquanto representação do espaço feita por um dado agente social, é indissociável do discurso de quem o produz. Como representação intencionada do espaço, o mapa não dá conta da totalidade da realidade, complexa e dinâmica e tampouco oferece uma visão objetiva sobre seus elementos. Refletir sobre as possibilidades de cartografar o espaço vivido de uma pessoa cega pode indicar novas formas de representação do espaço que possam vir a contribuir para ampliar o escopo das reflexões acerca do espaço geográfico.

Destarte, consideramos esta experiência importante para podermos ver a paisagem urbana de Salvador partindo de um olhar diferente sobre a cidade, trazendo à baila novas formas de criar referenciais espaciais sem o auxílio da visão, especialmente através dos sons da rua e do contato



tátil com as calçadas e seu entorno. Essa perspectiva permite que novas possibilidades de uso do espaço sejam consideradas e contribuam para o avanço das representações cartográficas.

## REFERÊNCIAS

BRITO, M. S. **O teatro que corre nas vias**. Salvador: EDUFBA, 2017.

BUTLER, R. E. Geography and vision-impaired and blind populations. **Transactions of the Institute of British Geographers**, vol. 19, nº 3, 1994, pp. 366–368.

CÂMARA, G.; MONTEIRO, A. M.; MEDEIROS, J. S. de. Representações Computacionais do Espaço: Fundamentos Epistemológicos da Ciência da Geoinformação. **Geografia**, Rio Claro, Brasil, v. 28, nº 1, p. 83-96, 2003.

CLAVAL, P. A paisagem dos geógrafos. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Paisagens, Textos e Identidades**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004. p. 13-74.

CLASSEN, C. **Worlds of sense: exploring the senses in History and across cultures**. London Routledge, 1993.

COMAR, A.; CORONEL, N. Diseño, normalizar producir cartografía táctil curricular para ciegos, **Anais do XI Congresso Iberoamericano de Extensão Universitária**, 2011.

COSGROVE, D. **Geography and Vision: Seeing, Imagining and Representing the World**. London: I. B. Taurus, 2008.

CUSTÓDIO, G. A.; NOGUEIRA, R. E.. O aporte da cartografia tátil no ensino de conceitos cartográficos para alunos com deficiência visual. RBC. **Revista Brasileira de Cartografia (Online)**, v. 66, p. 757-772, 2014.

DE PAULA, F. C. Resiliência encarnada do lugar: vivência do desmonte na Linha (Brasil) e em Mourenx (França). **Tese (Doutorado em Geografia)**. Instituto de Geociências, Unicamp, Campinas, SP, 2017.

ENTREVISTADO A **Entrevista concedida aos autores**. Salvador-BA, 5 de dezembro de 2015. 1 arquivo sonoro Wave (36:54min). Transcrição 15p.

NUNES, José Martins Ribeiro. **Entrevista com Zé Peixe concedida à Luiz Antônio Pinto Cruz**. Aracaju, SE, 07 abr. 2004.

GOLIN, G.; NOGUEIRA, R. E.; CUSTÓDIO, G. A.; Felipe Mendes. Acessar a cidade: imagens mentais de deficientes visuais sobre rotas urbanas. In: NOGUEIRA, R. E. (Org.). **Motivações hodiernas para ensinar geografia: representações do espaço para visuais e invisuais**. Florianópolis: s.n., 2009, v. 1, p. 155-176.

GROS, F. **Caminhar uma filosofia**. São Paulo: É Realizações, 2011.

HEIDEGGER, M. Construir, habitar, pensar. In: \_\_\_\_\_. **Ensaio e conferências**. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 125-141.



\_\_\_\_\_. **Ser e tempo**. 9ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

HILL, M. Bound to the environment: towards a phenomenology of sightlessness. In: SEAMON, D.; MUGERAUER, R. (Orgs.). **Dwelling, Place and Environment**. Dordrecht: Martinus Nijhoff Publishers, 2000

JACQUES, P. B. **Elogio aos errantes**. Salvador: EDUFBA, 2012.

JOLIVEAU, T. O lugar do mapa nas abordagens participativas. In: ACSELRAD, H (Org.). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2008, p. 45-69

LEFEBVRE, H. **Lógica formal e lógica dialética**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1991.

LIRA, M. C. F.; SCHLINDWEIN, L. M. A pessoa cega e a inclusão: um olhar a partir da psicologia histórico-cultural. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 28, nº 75, p. 171-190, maio/ago. 2008.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MACPHERSON, H. Landscapes of blindness and visual impairment: sight, touch and laughter in the English countryside. **Tese**. University of Newcastle. 2007, 273p.

\_\_\_\_\_. The intercorporeal emergence of landscape: negotiating sight, blindness, and ideas of landscape in the British countryside. **Environment and Planning A 2009**, v. 41, p. 1042- 1054.

MARANDOLA JR., E. Da existência e da experiência: origens de um pensar e de um fazer. **Caderno de Geografia**. v. 15, nº 24, p. 49-67, 2005.

\_\_\_\_\_. **Habitar em risco: mobilidade e vulnerabilidade na experiência metropolitana**. São Paulo: Blucher, 2014, 248p.

MARTINS, B. D. G. de S. A angústia da transgressão corporal: a deficiência assim pensada. Coimbra: Centro de Estudos sociais. **Oficina do CES**. p. 1-14. Disponível em <http://hdl.handle.net/10316/32704>

MENEZES BASTOS, R. J. de. Apùap World Hearing: On the Kamayurá Phono-Auditory System and the Anthropological Concept of Culture. **The World of Music**. Berlim, v. 41, nº 1, p. 85-96, 1999.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da Percepção**. 3ª ed. S. Paulo: Martins Fontes, 2006.

\_\_\_\_\_. **Conversas** - 1948. São Paulo: Martins Fontes, 2004a.

\_\_\_\_\_. **O olho e o espírito**. São Paulo: Cosac & Naif, 2004b.

NOGUEIRA, R. **Cartografia Tátil: mapas para deficientes visuais**. Portal de Cartografia, v. 1, p. 1, 2008.

\_\_\_\_\_. A comunicação cartográfica dos mapas táteis. **Revista Cartográfica**, v. 85/86, p. 99-115, 2010.

NOGUEIRA, R. (Org.). **Motivações hodiernas para ensinar geografia: representações do espaço para visuais e invisuais**. Florianópolis: Nova Letra, 2009.



NOGUEIRA, R. E.; VENTORINI, S. H.; FREITAS, M. I. C. de. Cartographic literacy for visually impaired people. RBC. **Revista Brasileira de Cartografia (Online)**, v. 66/7, p. 1495-1503, 2014.

ROQUÉ, B.; ROSANELI, A. Imagens mentais de pessoas cegas: a percepção ambiental na geografia fenomenológica. **Geograficidade**, v. 8, nº 2, Inverno 2018, p. 95-107

SARAMAGO, L. **Topologia do ser**: lugar, espaço e linguagem no pensamento de Martin Heidegger. Rio de Janeiro: Ed. PUC - Rio; São Paulo: Loyola, 2008.

SARTRE, J. P. **O ser e o nada**: ensaio de ontologia fenomenológica. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

TUAN, Yi-fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: Eduel, 2012.